



AMULEPE
TAIN *
WEICHAN!

UMA BREVE HISTÓRIA DA
RESISTÊNCIA MAPUCHE

AMULEPE TAIN WEICHAN!
(A LUTA CONTINUA!)

Este texto não tem objetivo de falar em nome do povo mapuche. Sua proposta é romper com a barreira idiomática e permitir a expansão das informações e da solidariedade com um dos processos mais interessantes e radicais de resistência em defesa de um território ancestral, que está acontecendo em Abya Yala. Obviamente é muito difícil resumir em poucas páginas toda a complexidade do atual contexto naquele território.

Negamos e combatemos as figuras que se colocam como especialistas, sobretudo quando essas pessoas não constroem cotidianamente tal luta nos territórios em que elas ocorrem. Entendemos que o processo de aprendizado, conhecimento e solidariedade com as forças em resistência é coletivo e permanente. Sendo assim, caso identifiquem algum equívoco em relação ao que é mencionado por nós, agradecemos de coração que entrem em contato para podermos revisar o texto.

**Sussuarana,
verão de 2022.**

UM POUCO DE HISTÓRIA...

Mapuche¹ é um povo originário que habita um vasto território de ambos lados da cordilheira dos Andes, o Wallmapu. O lado oeste da cordilheira (dominado pelo estado chileno), Ngulu Mapu segundo sua cosmovisão, abarca desde os vales centrais até o arquipélago de Chiloé. Já o Puel Mapu, no lado leste da cordilheira atualmente é dominado pelo estado argentino e abrange do sul da província de Buenos Aires, o sul de La Pampa, o centro-sul de Mendoza, as províncias de Río Negro, Neuquén, Chubut chegando até o norte de Santa Cruz.

No idioma ancestral que possui os diferentes nomes de *mapuzungun*, *mapudungun*, *mapuche zungun* ou *che zungun*, o nome mapuche significa gente da Terra (mapu=terra, che=gente). Se trata de um povo que habita seus territórios ancestrais muito antes da chegada do branco colonizador

1 Usamos o termo mapuche sempre sem o “s”, pois é uma palavra que traz em si mesma um significado plural e coletivo.

(*winka*). Este território se construiu a partir do encontro de vários grupos que habitavam estas zonas e, assim, essa identidade comum foi se desenvolvendo com o passar do tempo. Esse povo, que apesar de possuir inúmeros aspectos em comum em sua cosmovisão, agrupa uma grande diversidade de costumes e também idiomáticas espalhadas pelas diferentes regiões desse amplo território.

Desse processo emergiu um povo com uma tradição guerreira que resiste ao longo do tempo e dos diferentes invasões e tentativas de colonização, como o império Inca, o domínio espanhol – inclusive ganhando mais de uma guerra, como as comandadas pelos *Tokis*², *Leftrar* e *Pelantrar* –, conseguindo manter autonomia em seu território. Posteriormente, enfrentou a formação dos estados chileno e argentino, em suas campanhas brutais e de extermínio que foram chamadas de *Pacificação da Araucania*, no lado “chileno” e *Conquista do Deserto*, do lado “argentino”. As duas campanhas em especial foram as que conseguiram consolidar a colonização do território mapuche por parte de ambos estados.

Neste escrito pretendemos trazer um pouco da história de luta e resistência mapuche, especificamente do lado oeste da cordilheira dos Andes, o Ngulu Mapu³, território usurpado e controlado pelo Estado chileno. Durante o domínio espanhol e depois de diversas batalhas vencidas, os mapuche recuam para o sul do rio Bío-Bío, fazendo dele uma fronteira natural entre seu território e o território ocupado pelos espanhóis. Assim, conseguiram manter uma autonomia territorial entre o rio Bío-Bío, ao norte e um pouco além do rio Toltén (próximo à cidade de Valdivia), e ao sul, o que dura até meados do século XIX. Essa autonomia territorial mantida pelo povo mapuche por sua capacidade guerreira e

2 Toki foram grandes chefes militares em volta de quem se agruparam para grandes batalhas no passado.

3 Apesar deste texto focar em Ngulu Mapu, consideramos importante lembrar a intensificação do conflito que tem ocorrido nos últimos anos em Puel Mapu, território mapuche dominado pelo estado argentino, sobretudo nos últimos 10 anos. Nos enfrentamentos naquela região já deixaram vários mortos, como o anarquista Santiago Maldonado e os mapuche Rafael Nahuel e Elias Garay. Para saber mais sobre as lutas em Puel Mapu, recomendamos o documentário *Mapuche: La Tierra se Levanta*, disponível na internet.

por sua tradição ancestral de não se submeter é pouco ou quase nada mencionada nos livros da história oficial, construída pela elite chilena e sua visão racista dos acontecimentos. Em todo este tempo a igreja católica e seus missionários tiveram um papel importante nas tentativas de pacificar o povo mapuche, sendo fundamentais nos anos da chamada *nova invasão colonial* ao Wallmapu.

A partir do ano 1860, já independente da coroa espanhola, o estado chileno começa a avançar, transpassando assim a fronteira natural do Bío-Bío, e expandir seu domínio e usurpação do território ancestral mapuche. Tal avanço encontrou resistência de diversxs *weychafe*⁴ agrupadxs em torno ao Toki Quilapán, que guerrearam contra o Estado chileno e obtiveram o que seria a última grande vitória militar do povo mapuche neste período. Alguns anos depois, mais especificamente em 1881 e 1882, houve um grande levante, porém, apesar de toda a ofensiva mapuche, este não foi vitorioso e a invasão militar e desapropriação territorial por meio da violência, do engano e da ameaça se consolidou. Esse ataque ao território ancestral por parte do Estado se deu com base no disciplinamento forçado e no racismo estrutural, deixando cicatrizes que marcaram profundamente as futuras gerações mapuche, sobretudo com o objetivo de diluir sua visão de mundo na cultura chilena. A ocupação representou um progressivo empobrecimento do povo mapuche, que teve 5 milhões de hectares de território usurpado a partir da expansão colonial ao sul do Bío-Bío, e ao mesmo tempo, isso significou um boom econômico para o Chile, especificamente nas regiões que ocupa em Wallmapu.

Durante estes anos foi aplicada uma redução territorial, onde foram entregues títulos de propriedade a algumas comunidades mapuche, reduzindo significativamente os hectares de terra onde podiam desenvolver seus costumes e sua sobrevivência. Segundo um censo de 1907, a população mapuche era de 110 mil pessoas e durante a expansão territorial chilena, mais de 30 mil ficaram sem poder habitar seu território ancestral, vendo-se obrigadas na maioria das vezes a migrar para a cidade ou a ter de trabalhar de empregadas, sendo sobre-exploradas nos latifúndios. Mesmo com a violência colonial que buscou aniquilar

4 *Weychafe*, em mapudungun, se refere a guerreirx.

progressivamente a cosmovisão mapuche, incorporando este povo a seu projeto, as expressões desta cultura nunca deixaram de existir, mantendo-se firmes e enraizadas no Wallmapu: a ancestralidade de seu *kimun* (conhecimento), seu *feyentun* (espiritualidade) e seu *rakiduan* (pensamento) continuou viva mesmo com todas as violências da vida que xs impunham.

A primeira organização política mapuche do século XX aparece em 1910 com o nome de Sociedade Caupolicán, que ao prezar pelos costumes e tradições de seu povo, busca reestabelecer legalmente o território a seus antigos habitantes. A Sociedade Caupolicán organiza a primeira mobilização massiva mapuche na primeira metade do século XX, período de um grande aumento da colonização e da usurpação do território ancestral por meio de métodos violentos e de extermínio, como o caso do mapuche Juan Painemal, que teve sua pele marcada com ferro quente por um grupo de colonos. Esse tipo de tortura e humilhação era comum nesses tempos para sinalizar pessoas mapuche que não se subordinavam. A Sociedade Caupolicán perdurou por anos até se converter, em 1938, na Corporação Araucana, organização com um programa político baseado nas tradições e aspirações como povo e que se projetou na política institucional, com algumas de suas lideranças atuando como parlamentares. Ela deixou de existir nos anos 60 e seu fim tem relação direta com as limitações da política parlamentar enquanto uma ferramenta para alcançar seus objetivos concretos, já que alguns membros fracassaram pela via institucional.

Paralelamente a isso, em 1953, acontece o primeiro congresso nacional mapuche, onde surge a Associação Nacional Indígena do Chile (ANI), organização pioneira em posicionar a reforma agrária como uma demanda indígena, impulsionando no início dos anos 60 a primeira recuperação territorial nas províncias de Arauco e Malleco e demonstrando, na prática, a ineficiência dos Tribunais de Índios para restituir os terrenos usurpados das pessoas que ali habitavam. Com a pressão e mobilização das comunidades de Lumaco, no ano de 1967, ocorre pela primeira vez a expropriação por parte do Estado de terrenos dos latifundiários em favor das comunidades mapuche.

Nesse mesmo ano, durante o governo de Eduardo Frey Montalva, começa um processo de reforma agrária que duraria até o governo seguinte, o de Salvador Allende (Unidade Popular). Este processo foi impulsionado desde o campo por meio de uma intensa agitação e pressão que passa a existir naquele momento, com várias ocupações simultâneas de terrenos. Uma organização com um papel de destaque nesses acontecimentos foi o Movimento Camponês Revolucionário (MCR), um braço do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) no campo. Tal período de ofensiva no campo inaugurou o ciclo de enfrentamentos e violência que aumentaria cada vez mais até chegar na realidade que se vive hoje.

É interessante mencionar que mesmo com uma marcada participação mapuche em toda esta movimentação, a identidade⁵ ficou um pouco diluída e talvez um pouco anulada pela identidade camponesa. Obviamente dentro da construção das classes sociais neste território invadido pelo poder colonial, toda a classe camponesa está permeada, conscientemente ou não, por uma ascendência mapuche.

GOLPE MILITAR E A CHEGADA DO NEO-LIBERALISMO

A chegada da ditadura militar de Augusto Pinochet em 1973 foi o passo inicial da implementação de um modernizado modelo do capitalismo: o Neoliberalismo. Para o povo mapuche a ditadura militar representaria repressão, uma nova onda de tentar chilenezá-lxs, como deixaria bem explícito Augusto Pinochet, em um discurso feito em Villarica no ano de 1979: “Hoje já não existem mapuche, pois somos todos chilenos”.

5 Quando falamos em identidade nós nos referimos a um fator dentro da totalidade de uma luta, falamos em um modo de existência que foi negado pela prática colonial da chilenezação. Se trata de um entrelaçamento entre o território, a autonomia, a espiritualidade e a ancestralidade.

A ditadura significaria também uma vez mais um novo avanço da usurpação e roubo do território ancestral mapuche. Uma de suas primeiras medidas foi a devolução dos terrenos que tinham sido entregados ao povo mapuche pela reforma agrária, além de fracionar os antigos títulos de propriedade coletiva que tinham sido entregues às comunidades mapuche, transformando-as em propriedades individuais. Ambas as medidas representaram um significativo avanço dos proprietários capitalistas, já que permitiam que esses terrenos fossem vendidos, o que muitas vezes se conseguia através da ameaça e da violência. É justamente durante esses anos que empresários como Anacleto Angelini e a família Matte, futuros donos dos consórcios florestais⁶ Arauco e Mininco, respectivamente, começaram a adquirir grandes quantidades de terra em Wallmapu.

É interessante mencionar que a ditadura militar não estava reconstruindo o modelo de latifúndio existente anteriormente à reforma agrária, na verdade estava mais que nada dividindo o território em lotes menores, dando abertura assim para a política neoliberal dos anos seguintes, que naquela região foi protagonizada pelas empresas florestais.

A divisão de terrenos, antes coletivos, tratou de quebrar o que ainda restava do tecido social mapuche, da vida comunitária, depois de tantos anos de invasões. Significou também mais empobrecimento para as comunidades, pois dividindo com arames seus terrenos, dividiam também os cultivos e a sobrevivência comum. O próprio decreto de lei 2.568 do ano de 1979, que desencadeou esta divisão em terrenos individuais, dizia: “Os lotes resultantes da divisão das reservas deixarão de ser considerados terras indígenas, bem como os indígenas deixarão de ser seus proprietários por direito”.

Durante o período do governo militar, xs mapuche sofreram todo tipo de brutalidade e abuso por parte das forças militares e policiais, muitas vezes unicamente por manter seus costumes e tradições. 171 mapuche foram mortxs e desaparecidxs durante a ditadura. Grande parte dos militantes que ajudariam a formar o ressurgimento do movimento mapuche nos anos 90 nasceram nesse período, vendo mais um avanço do capita-

6 Aqui também optamos por manter o nome que se utiliza no Chile para as empresas que se dedicam ao plantio de Pinos e Eucaliptos.

lismo e da anulação de suas tradições ancestrais, modo pelo qual o estado tentava novamente chilenuzar o seu povo.

Passado um primeiro momento de “milagre econômico” (1977-1981), chega uma crise na economia durante o ano de 1982, crise esta que seria tratada pelo estado com uma política de privatizações, sendo aproveitada pelo empresariado do setor florestal para adquirir grandes quantidades de terrenos e, assim, consolidar este negócio que já ia se tornando um dos maiores responsáveis pela usurpação do território ancestral e pela destruição da biodiversidade ou *itrofil mongen*, como diriam xs mapuche. As famílias Matte e Angelini, que já vinham desenvolvendo este negócio desde o ano de 1958, adquiririam a Inforsa – que produzia 54% do papel de jornal do Chile – em 1986, e a partir daí começariam a ascender cada vez mais neste setor.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA MAPUCHE NO PERÍODO MILITAR

Em 1978, amparados por setores progressistas da Igreja Católica, surgem os Centros Culturais Mapuche (CCM) com a intenção de agrupar e sociabilizar em torno de um projeto político que fosse além dos problemas conjunturais, mas também de fazer frente às medidas impostas pela ditadura. Os CCM atuaram como uma escola de formação política para muitxs comuneirxs⁷ e também de formação cultural, pois xs agrupava em torno de suas tradições: o jogo do *palin*, cerimônias como *Llellipun* e *Nguillatun*, a prática do *mapudungun* e o respeito por suas autoridades tradicionais como *Longko* e *Machi*⁸. Estes centros conseguiram organizar cerca de 1500 comunidades com uma forte presença na província de Arauco, especificamente nas zonas de Lebu, Caycupil, San Ramón, Miqui-

7 Comuneiro se refere a uma ou um mapuche que habita uma comunidade específica.

8 *Longko* são xs chefes das comunidades, em *mapudungun* significa cabeça. *Machi* são as autoridades espirituais, ligadas à saúde espiritual de suas comunidades e de seu território.

hue e Tirúa. Também estiveram presente em Maluco, Cautín, Valdivia, Osorno e Chiloé.

Em março de 1980 os CCM obtêm personalidade jurídica, passando a se chamar Associação Gremial de Pequenos Agricultores e Artesãos Ad-Mapu. Esta organização política teve desde o início uma série de tensões internas, fruto das disputas entre diferentes correntes políticas da esquerda que participavam – PCCh, Partido Socialista Direção-Coletiva, MIR e, em menor medida a Democracia Cristã (DC) – o que para alguns/as militantes ofuscava um pouco os aspectos tradicionais mapuche.

Provavelmente o marco mais importante que impulsionou esta organização tenha sido um novo ciclo de recuperações territoriais na segunda metade da década de 1980, das quais uma das mais marcantes foi a realizada em 1986 na fazenda “El Canelo”, em Tranaquepe. Nesta reocupação, cerca de 500 mapuche ingressaram de madrugada no terreno e permaneceram ali por três dias com o compartilhamento de comida e autoorganização. O desalojo veio por meio de uma forte repressão, com um gigantesco contingente militar, helicópteros e caminhões, disparando contra as pessoas que estavam agrupadas nessa iniciativa de retomar o território ancestral, não sem encontrar com a resistência dxs *weichafe*, que lutaram contra esse ataque policial, mesmo em completa desigualdade de condições.

Em 1987, Ad-Mapu começa a se decompor, fracionando-se em diferentes organizações: Calfulican, Lautaro Ñi Aillarehue e a Associação Mapuche Arauco. Este fracionamento no interior de Ad Mapu tinha muito a ver com o papel da esquerda dentro das organizações mapuche. Como muitas vezes suas autoridades tradicionais eram deixadas em segundo plano em relação aos dirigentes políticos, em geral da cidade e procedentes de partidos políticos, esse foi o começo do distanciamento que as futuras organizações mapuche autonomistas tomariam da institucionalidade e da esquerda apegada a estas instituições.

Em dezembro de 1989, Ad Mapu e as organizações que haviam surgido das diferentes frações no seu interior, chegam a Nueva Imperial para se reunirem com Patricio Aylwin, então candidato presidencial, para assim concretizar o chamado Acordo de Nova Imperial, que prometia

mudanças significativas nas relações do estado chileno com o povo mapuche, concedendo mais território e autonomia.

ANOS 1990: O POVO MAPUCHE VOLTA A SE LEVANTAR!

A transição chilena à democracia não foi nada mais que a consolidação do modelo neoliberal. Pinochet tinha cumprido sua missão de instalar este modelo e saía depois da decisão do plebiscito e das eleições de 1989, quando ganharia Patricio Aylwin. Mesmo assim, o sanguinário ditador ficaria até o final da sua vida como senador vitalício, o que era talvez um dos mais descarados exemplos de como uma forma de gestão do poder foi apenas a continuação da outra, ou seja, a democracia chegava para aprimorar um projeto iniciado na ditadura. Era o período da Concertação de Partidos pela Democracia, coalizão de partidos de esquerda, centro-esquerda e centro que governaria o Chile até o ano de 2010 e que enfrentou o ressurgimento da rebelião Mapuche a partir da segunda metade dos anos 90.

Com o início do governo de Patricio Aylwin, em 1990, grande parte dos esforços das organizações mapuche se concentrariam em pressionar a Aylwin para que cumprisse com o que tinha prometido no acordo de Nova Imperial, que pouco a pouco se via cada vez mais trancado pela direita no congresso. Por outro lado, se fortalecia uma visão identitária de organizar-se, valorizando mais as autoridades tradicionais do povo mapuche do que qualquer tipo de papel político vindo de uma militância urbana e baseada em uma forma ocidental de fazer política.

Também, aos poucos, começou a se espalhar por Wallmapu a discussão sobre a necessidade cada vez mais iminente de que a autonomia territorial devia partir desde a iniciativa mapuche, pois haviam incontáveis exemplos históricos que evidenciavam o fato de que o estado *winka* não concederia tal autonomia por sua boa vontade.

Nesse mesmo período, alguns/as integrantes que tinham se desvinculado de Ad Mapu no final dos anos 80 começam a se articular na Comis-

são Quinhentos Anos de Resistência, que teria em seus pilares básicos as autoridades tradicionais mapuche (*Longko, Machi, Weupife, Ngenpin e Werken*). A iniciativa tinha como objetivo de curto prazo repudiar as celebrações do suposto “Descobrimiento da América”, denunciando a herança racista e genocida de tais celebrações. No dia 26 de abril de 1990 acontece um grande encontro, no morro Ñielol, organizado pela Comissão juntamente com as autoridades tradicionais. Nele, participaram cerca de 2000 mapuche e, a partir desse evento, surgiu uma organização que seria muito relevante para o movimento mapuche no princípio dos anos 90, o Conselho de Todas as Terras (CTT) ou *Aukiñ Wallmapu Ngulam*, em idioma mapuche. Esta organização foi fundamental na reconstrução de uma forma de organizar-se centrada especificamente na cosmovisão e nos costumes Mapuche, fortalecendo as identidades territoriais como o *Lof*, a unidade de várias famílias agrupadas em um território comunal.

Para o ano de 1992 viriam as comemorações dos 500 anos da invasão colonial europeia em *Abya Yala*, e o CTT centra sua atuação em torno ao repúdio a esta comemoração. É também o ano onde criam sua bandeira, que ficaria internacionalmente conhecida como a bandeira do povo mapuche, com o *Kultrun*⁹ no centro na cor amarela, as cores azul, verde e vermelho de fundo, e grafismos da “cruz do sul”, nas extremidades. É interessante observar que o CTT dava passos importantes no caminho da autodeterminação Mapuche, mas ainda existia esperança e confiança na institucionalidade, já que muitas vezes suas ações eram focadas em pressionar o governo com o objetivo de avançar alguns passos no caminho da autonomia do povo Mapuche. Dentro de esta lógica institucionalizada, o CTT organizava recuperações simbólicas de terra, ingressando nos terrenos usurpados pelo latifúndio e esperando a chegada da CONADI¹⁰ e assim tratar de negociar com o Estado para que expropriasse esse território, entregando-o ao povo mapuche.

Tal forma de recuperação territorial pouco ou nada resultava, já que o Estado colonial-capitalista servia aos interesses dos latifundiários e do

9 Tambor tradicional, elemento importante em sua cultura.

10 *Corporación Nacional de Desarrollo Indígena*, equivalente à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no Brasil.

capital extrativista. Isso foi se tornando evidente para cada vez mais pessoas que estavam lutando para se reencontrarem com sua forma de vida tradicional. O descrédito em qualquer mediação com Estado ia se alimentando no coração de várixs jovens que nesses anos estavam aprofundando seu compromisso para com a autonomia de seu povo, como era o caso dxs integrantes da organização e república estudantil mapuche Pegun Dungun, na cidade de Concepción.

Essxs jovens viam sua confiança nas possibilidades de um enfrentamento direto com o Estado Chileno alimentadas e inspiradas pelo surgimento do Exército Guerrilheiro Tupac Katari na Bolívia, em 1991, e pelo levantamento zapatista e o aparecimento do EZLN, em 1994, na cidade de Chiapas, sul do México. Também sentiam cada vez mais a necessidade de que sua militância estivesse profundamente vinculada e comprometida com as necessidades das comunidades, pois sentiam que muitas vezes xs mapuche que iam para a cidade estudar terminavam não ajudando a mudar a situação de empobrecimento vivido em suas comunidades ou fortalecer a identidade dentro delas. O Pegun Dungun também organizava encontros de formação entre jovens mapuche, ajudando a fortalecer essa identidade entre muitxs que tinham se distanciado de suas tradições.

Foi a partir da experiência e da reflexão crítica e autocrítica de muitxs militantes sobre os processos de luta que se estavam vivendo no Wallmapu que surgiram as sementes do que seria uma rebelião imparável, avançando sem dar nenhum passo para trás em busca da libertação do território ancestral mapuche.

OS CAMINHÕES DE LUMACO: A CHAMA QUE JAMAIS SE APAGOU

No dia 1 de dezembro de 1997 aconteceu o fato que ficou conhecido como a primeira ação de sabotagem no contexto contemporâneo de levante pela autodeterminação do povo Mapuche: a queima de 3 caminhões que prestavam serviço para a empresa Florestal Arauco, na

comuna de Lumaco, região da Araucania, segundo as delimitações territoriais do Estado colonialista. Essa comuna está localizada no sudeste da província de Malleco, que juntamente com a província de Arauco, forma a zona historicamente mais conflitiva no Wallmapu na região dominada pelo Estado chileno. Justamente esta zona é também a mais assolada pela pobreza nas comunidades, gerada pelo latifúndio e principalmente pelo cultivo de Pinos e Eucaliptos, o que acaba por arrasar com a terra e o território, impedindo um bom desenvolvimento do modo de vida tradicional daquele povo. Tal fato é interpretado de muitas formas: como um detonante organizativo para a formação da Coordenadora de comunidades em conflito Arauco-Malleco (CAM), organização que seria uma divisa de águas quanto a radicalidade e a formas de levar adiante a luta mapuche. Também é visto como a fagulha que acendeu o que depois seria conhecido como o “Conflito Mapuche”.

No dia 12 de outubro de 1997, cerca de duzentos mapuche encabeçados pelas comunidades Pichilincuyan e Pilinmapu, e também com a presença de integrantes do Pegun Dungun, cortaram o acesso à fazenda Pidenco, pertencente a empresa florestal Arauco. Diversas manifestações semelhantes foram realizadas nos dias seguintes e um mês depois a mobilização teve um giro inesperado quando duas torres de madeira foram incendiadas: pessoas *encapuchadas* circularam pelo território várias vezes na escuridão da noite, destruindo as máquinas da empresa florestal e impedindo as jornadas de trabalho de seus funcionários.

Na noite do dia 31 de novembro, alguns/as mapuche dormiam em um bosque próximo à fazenda, quando escutam por alguns walkie talkies sintonizados na frequência policial um diálogo absolutamente racista entre policiais, onde eram chamadxs de “índios de merda”, além de afirmarem que se fossem avistadxs na estrada seriam atropeladxs propositalmente. Um *peñi*¹¹ que estava meio dormindo, após escutar, faz a proposta de reagir imediatamente a esse insulto racista. Foram mais ou menos 30 mapuche, armadxs com paus, pedras e muita raiva que desce-

11 *Peñi*, em *mapudungun*, quer dizer irmão. Os mapuche homem se referem aos outros como *peñi* e às mulheres como *lamgen* ou *lamuen*. Já as mulheres mapuche utilizam as palavras *lamgen* ou *lamuen* tanto para às outras quanto aos homens.

ram à estrada de terra, encontrando-se com uma caravana de aproximadamente 12 caminhões, que prestavam serviços à empresa florestal Arauco. Cortaram o caminho com pedras, conseguindo parar 3 desses caminhões, que tiveram suas mangueiras de ar cortadas com machados e foram imediatamente incendiados. A resposta do Estado não tardou e a região de Lumaco foi militarizada, aumentando em grandes proporções a presença policial e o assédio às comunidades da região.

Já na mesma manhã desse 1 de dezembro, a mídia falava em ação terrorista realizada por estruturas ligadas ao MIR, não relacionando isso com o ainda “recente” movimento autonomista mapuche. Por esta ação, 12 comuneirxs mapuche foram julgadxs e condenadxs sob ameaça da aplicação da Lei de Segurança Nacional. A queima desses 3 caminhões, mais de que um ato espontâneo, foi a “gota d’água” de uma estratégia que já vinha sendo estimulada por muitxs militantes e comunidades mapuche, e que marcaria um antes e um depois no resgate da guerra ancestral (*weichan*), como método para recuperar o território e, a partir disso, aumentar cada vez mais o conflito em Wallmapu.

SURGIMENTO DA CAM: AVANÇANDO NO CAMINHO DA LIBERTAÇÃO DO WALLMAPU

É difícil definir exatamente quando nasce a Coordenadora de comunidades em conflito Arauco-Malleco. Porém, nas palavras de suas/seus próprios militantes, a CAM surge de um acúmulo de experiências que se dariam nos anos 90, da crítica ao diálogo com o Estado colonizador e da necessidade de se aprofundar em formas próprias para avançar na luta pela autonomia do território mapuche.

As raízes dessa organização estão em processos emblemáticos de recuperação territorial que aparecem na segunda metade dos anos 90, como os que foram impulsionados pelas comunidades Pascual Coña e Juana Millahual, e onde confluíram parte das comunidades e autoridades

tradicionais mapuche, organizações como o Pegun Dungun e a Coordenadora Territorial Lafkenche. As recuperações territoriais e o encontro entre essas comunidades e organizações ajudariam a preparar o terreno prático para a construção de uma organização com objetivos explícitos e direcionados ao controle territorial¹², a prática da autodefesa e da violência política, tanto na busca de reagir a repressão e a militarização quanto para expulsar de *Wallmapu* as empresas florestais e todos os representantes do capitalismo extrativista e do latifúndio.

Certamente os eventos de Lumaco marcariam um precedente inegável no rumo que a CAM e o movimento mapuche autonomista em geral queriam tomar. A partir de então, a organização, juntamente às comunidades em conflito, caminharia no sentido de desenvolver na prática a melhora de seus objetivos de recuperar o território, se defender e sabotar o extrativismo e o latifúndio. Depois de Lumaco, a autodefesa em processos de recuperação do território se tornou cada vez mais contínua e aumentou sua potência nos combates contra as forças de ordem do Estado *winka*. Muitas vezes, além de uma estratégia de autodefesa se atacavam as estruturas das empresas extrativistas e dos latifúndios “proprietários” dos terrenos recuperados.

Provavelmente o ataque incendiário realizado no final de 1999 contra um alojamento da empresa florestal Mininco, na fazenda Rucañanco, durante um processo de recuperação territorial executado pelas comunidades Catrio Ñancul e Colihuinca Tori seja a primeira ação de sabotagem da CAM, realizada com um maior nível de planejamento e capacidade bélica. Nesta ação participaram cerca de 20 *weichafe* de várias comunidades em conflito, armados com escopetas. Durante a noite, o grupo incendiou o alojamento da empresa Mininco e realizou um enfrentamento a tiros com a polícia.

Durante os últimos anos do século XX e primeiros anos do século XXI, o conflito foi se tornando cada dia mais agudo. A autodefesa passou a ser permanente e a sabotagem e destruição de máquinas, caminhões e casas patronais, mesmo que não tão numerosa como nos dias de hoje,

12 O termo controle territorial se refere basicamente a recuperação e defesa do território, seja como for, utilizando as mais variadas formas e armas.

não cessou, geralmente ocorrendo dentro de processos de recuperação territorial. Além disso, o número de comunidades que se levantavam em conflito e em luta pela autonomia de seu povo e recuperação do território ancestral se manteve em um crescente. Também nesse mesmo período se viveram lutas intensas por outros setores do Wallmapu, como a luta contra a hidroelétrica Ralco, no setor do Alto Bio-bio, encabeçada pelas anciãs e irmãs Nicolasa e Berta Quintreman. A intensidade do conflito também foi sentida no aumento da repressão e militarização do território, trazendo para o cotidiano a realidade da prisão e da clandestinidade.

OPERAÇÃO PACIÊNCIA: O PRIMEIRO GOLPE REPRESSIVO CONTRA A CAM

Nos anos 2000, Ricardo Lagos assume a presidência, quem vive os primeiros anos de seu governo com uma expressiva pressão do empresário vinculado ao mercado de pinos e eucaliptos, a tratar de solucionar o problema cada vez maior, para este setor, que estava se tornando a resistência do movimento autonomista mapuche. Para isso, desde o início de sua gestão foi direcionando mais a repressão para este lugar, coordenando este objetivo com José Alejandro Bernales, general dos Carabineiros, quem nesse momento dirigia a DIPOLCAR (Direção de Inteligência Policial de Carabineiros). A gestão dessa operação de contrainsurgência aconteceu baseada na visão, que cada vez ia se aprofundando no Estado, de que a CAM é uma organização terrorista.

A partir do ano de 2002 começa a se desenvolver esta operação que duraria até o ano de 2004, com diferentes medidas que implicavam desde a inteligência até a incrementação da presença policial no território mapuche, sendo o perímetro de grande parte das comunidades em conflito cercado permanentemente pela polícia, além de também a participação de juntas de vizinhxs, munidas com rádios financiados pelo estado, na estratégia desta operação. Além, disso neste contexto aparece uma das primeiras milícias paramilitares, financiada e organi-

zada por latifundiários para combater as comunidades mapuche que estavam se levantando, o Comando Hernan Trizano.

Este clima repressivo obriga com que no ano de 2002 grande parte da militância da CAM, passe à clandestinidade. No dia 12 de novembro desse ano e como consequência desse aumento exponencial da repressão e militarização do território, foi assassinado Alex Lemun, comuneiro mapuche de 17 anos, resistindo em uma recuperação territorial da comunidade Montutui Mapu. Este seria o primeiro assassinato de um mapuche no contexto dos processos de recuperação territorial que se intensificam e radicalizam a partir da segunda metade dos anos 90. Importante mencionar que o ano de 2002 foi um ano crucial para a recuperação de território, onde foram recuperados por comunidades em resistência cerca de 17.000 hectares.

Durante este ano de 2002 as batidas e assédio policial são constantes, com muitas detenções e prisões de comuneirxs mapuche. Para o ano de 2003 são presos os *lonkos* Pascual Pichun da comunidade Temulemu, e Aniceto Norín da comunidade Didaico, também a militante mapuche Patricia Troncoso, acusadxs de diferentes ataques incendiários, a defesa consegue anular o julgamento, entretanto vão novamente a julgamento, sendo Patricia Troncoso absolvida e Pascual Pichun e Aniceto Norin condenados por Ameaça Terrorista (art. 7 da lei 18.314 “antiterrorista”), a 5 anos e 1 dia de prisão efetiva. Esta condenação se converteria em uma das primeiras, se não a primeira, condenação por lei antiterrorista na Democracia, e na primeira condenação a mapuche dentro de um artigo dessa lei, na democracia. Toda essa repressão foi acompanhada de inúmeras respostas solidárias que iam desde concentrações e manifestações, até barricadas, cortes de estradas e ações de sabotagem. Também de mobilizações dentro das prisões por parte dxs presxs políticxs mapuche, como greves de fome.

A operação Paciência buscou por muitos lados e com muitas formas sufocar a luta autônoma mapuche que ia se intensificando cada vez mais. Durante todos os anos seguintes após a operação Paciência a repressão seria uma realidade constante, havendo vários outros golpes repressivos, prisões e clandestinidade, o que não foi impedimento para a luta seguir avançando.

MORTE DE MATIAS CATRILEO E O SURGIMENTO DOS ORT

No dia 03 de janeiro de 2008, a comunidade Lleupeco, em Vilcún, região de Araucania segundo a geografia do colonialismo, ingressa na fazenda Santa Maria, propriedade do latifundiário Jorge Luschinger. A fazenda contava com custódia policial permanente, mas isso não impediu a ação, que contou também com a participação da CAM. A resposta da força repressiva foi imediata: os policiais disparam contra as pessoas e uma bala disparada covardemente pelo carabineiro Walter Ramirez alcança pelas costas Matias Catrileo, *weychafe* e militante da CAM. Matias nasceu na cidade de Santiago, em uma família mapuche urbana, fruto do êxodo de muitxs mapuche à grande cidade, a *futa warria*. Tinha ido viver no Wallmapu com o objetivo de se reconectar com sua identidade e com seu território ancestral. Lá se aproxima da luta autonomista mapuche e da CAM.

A partir de sua morte, a CAM inicia um processo de reflexão sobre as formas de desenvolver certas ações e chega a constatação de que seria melhor executar ações realizadas por pequenos núcleos dotados de maior capacidade de combate para defesa e ataque ao invés de grandes grupos de pessoas. Como resultado dessa elaboração tática, surgem os ORT (Órgãos de Resistência Territorial), que a partir desse momento se encarregariam das ações de sabotagem e da autodefesa armada em processos de recuperação territorial. Os núcleos passaram a contar com uma certa autonomia para o planejamento e a execução de ações, e representaram um aumento na capacidade bélica e de combate, além de uma expressiva intensificação dos danos gerados ao capital extrativista pelas ações de sabotagem.

As primeiras ações realizadas por ORTs aconteceram na zona do lago Lleu Lleu, em setembro e dezembro de 2008, quando dois acampamentos da empresa florestal Mininco foram incendiados simultaneamente. No ano seguinte ações desse tipo se espalham para vários setores do Wallmapu, como Alto Bio Bio e Collipulli, onde máquinas, galpões, casas patronais e caminhões foram destruídos pelo fogo da *guerra ancestral*.

Também em 2008 os ORTs publicam um comunicado dando por acabada qualquer possibilidade de diálogo com o Estado e declarando a guerra à República do Chile.

Com o passar do tempo, as ações dos ORTs foram aumentando em quantidade e em capacidade tanto bélica quanto nos danos e prejuízos causados ao latifúndio e ao capitalismo extrativista. Foram uma infinidade de ataques incendiários que alcançaram caminhões, acampamentos florestais, helicópteros, galpões e casas pertencentes ao latifúndio, bem como aos complexos turísticos e empresas florestais. Também no contexto das recuperações territoriais a capacidade de autodefesa armada foi aumentando cada vez mais em frequência e em potência, sendo cada vez mais comum a presença de armamento de grosso calibre.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES MAPUCHE AUTONOMISTAS ARMADAS

A medida em que o conflito no Wallmapu foi aumentando de intensidade, outras organizações armadas foram aparecendo também em defesa da autonomia do território ancestral com a realização de sabotagens e práticas de autodefesa e ataques às forças da ordem do Estado chileno. A primeira dessas novas organizações a aparecer foi a Weichan Auka Mapu-WAM (Luta do Território Rebelde), que existe desde o ano de 2013, mas que em 2016 publica pela primeira vez um comunicado público, onde expressa seus posicionamentos políticos relacionados à libertação do Wallmapu e assume a autoria de uma infinidade de ações de sabotagem ocorridas entre 2013 e 2016, quando foram destruídas casas patronais, máquinas e caminhões. Diferentemente do modo organizativo da CAM, que possui setores públicos e setores clandestinos, a Weichan Auka Mapu-WAM possui uma estrutura totalmente clandestina.

Um ponto central no projeto político dessa organização e de suas ações é que inclui a Igreja Católica como um dos seus alvos, explicando em seu comunicado a relação histórica dessa instituição com a tentativa de submeter o território ancestral mapuche. Com o decorrer dos anos,

essa organização se manteve ativa, desenvolvendo grandes ações de sabotagem como a queima de 18 caminhões da empresa Calafquen, no setor de Pichiquepe, e a queima de 29 caminhões da empresa SOTRASER, ambas em 2017.

Cabe mencionar que suas ações estão em conexão com outras lutas que se dão no território dominado pelo Estado chileno para além de Wallmapu, o que ficou demonstrado na prática com a queima de um pedágio em novembro de 2019 como um ato de apoio ao contexto de revolta que se vivia de norte a sul daquele território.

Além da CAM e da Weichan Auka Mapu-WAM, uma série de organizações foram aparecendo, atuando em diferentes regiões de Wallmapu, como a Resistência Mapuche Malleco, a Libertação Nacional Mapuche e a Resistência Mapuche Lafkenche, todas realizando atos de sabotagem, sendo esta última a autora de um ataque com um carro bomba a uma ponte, no setor do lago Lleu Lleu, durante a greve de fome realizada pelos prisioneiros políticos mapuche em 2020, levada a cabo pela impossibilidade de cumprir suas penas de prisão em suas comunidades e frente a emergência sanitária da COVID 19.¹³

MORTE DE CAMILO CATRILLANCA: UM NOVO PONTO SEM RETORNO

No dia 14 de novembro de 2018, enquanto trabalhava em seu trator, Camilo Catrillanca foi assassinado com um tiro na cabeça disparado pelas costas, em uma operação do GOPE (Grupo de operações policiais especiais) de Carabineiros, que supostamente buscava alguns carros roubados na comunidade de Temuicui. Um menor de idade que o acompanhava também foi brutalmente agredido. Rapidamente ecoou a notícia da

13 As iniciativas relacionadas ao combate à pandemia, realizadas pelas comunidades em resistência, foram realizadas autonomamente, como no caso barreiras sanitárias criadas para impedir a expansão do vírus. É importante ressaltar que tais barreiras foram destruídas posteriormente pelos militares.

morte de Catrillanca, não só pelo Wallmapu, mas por todo o território dominado pelo Estado chileno e a resposta foi quase imediata.

A morte de Camilo representaria um novo ponto sem retorno na intensificação do conflito na região. A partir daí foi quando se intensificaram as ações armadas, também em capacidade de fogo, ganhando cada vez mais as características de um processo de luta armada, que obviamente acompanha ombro a ombro outras formas de luta pela libertação do território mapuche

Como resposta ao assassinato covarde de Catrillanca, se realizaram inúmeras ações de sabotagem, cortes de estradas e enfrentamentos armados. Em muitas cidades por todo Chile, as ruas arderam em uma das manifestações mais incendiárias ocorridas durante anos, em um contexto anterior a revolta, com longas batalhas de rua com as forças policiais, bancos e delegacias atacados.

Dáí em diante, o conflito alcançaria um nível muito potente, onde os ataques incendiários e enfrentamentos armados com a polícia se tornaram praticamente cotidianos. Obviamente frente a tensão que isso gerou, a resposta fascista também foi cada vez mais intensa, tanto da parte de latifundiários, que se armam de forma paramilitar, como da permanente cobrança ao Estado para militarizar a região, por parte da cidadania conservadora.

MACARENA VALDÉS E EMILIA BAU: OUTRAS MORTES QUE NÃO PODEMOS ESQUECER

A tentativa do Estado de exterminar a resistência mapuche resultou em uma série de assassinatos. Para além do necessário exercício de memória, alguns deles representaram fatos importantes no que diz respeito à intensificação e generalização do conflito em Wallmapu. Na democracia, foram vários os assassinatos de Mapuche por parte da polícia e dos latifundiários e não queremos hierarquizá-los em níveis de

importância. Todavia, sentimos a necessidade de mencionar especialmente o de Macarena Valdés e o de Emilia Milen Bau, já que são mulheres mapuche assassinadas em contexto de defesa do território. E em uma sociedade patriarcal, nos parece de extrema importância não deixar que suas mortes e suas lutas caiam no esquecimento.

Macarena cresceu em Santiago e, buscando reconectar com o território, com a forma de vida tradicional e com a espiritualidade de seu povo, se muda com seu companheiro e filhxs para a zona de Tranguil, comuna de Panguipulli, região dos Rios segundo a geografia colonizadora, onde passa a viver na comunidade Newen. Frente a construção de uma central hidroelétrica no rio Tranguil pela empresa austríaca RP Global e a chilena SAESA, que gerou desmatamento de bosques nativos e inundação de dois cemitérios ancestrais (*Eltuwe* em *mapudungun*), teve início uma intensa mobilização na região, com forte participação das comunidades. Nesse contexto, Macarena e seu companheiro, Rubén Collio, que nesse momento era porta-voz (*werken*) da comunidade, tiveram um papel importante.

No dia 22 de agosto de 2016, seu filho maior, então com 11 anos, chega em casa, e encontra Macarena enforcada na presença de seu filho menor, de 1 ano e 8 meses de idade. A morte foi categorizada pelas autoridades locais como suicídio, mesmo com a enfática negação da família a esta versão, sobretudo pelo fato de não haver nenhum indício de intenção de Macarena dar fim à própria vida e pela forma como a situação ocorreu. Desde um primeiro momento seu companheiro denunciou a morte de Macarena como um assassinato relacionado à luta contra a central hidroelétrica naquele território, ressaltando que ambxs já haviam sido ameaçadx de morte. A investigação inicial é marcada de irregularidades e do descaso típico do Estado e somente com as investigações médicas financiadas pela própria família é que conseguem provar que Macarena já havia sido morta quando foi pendurada na corda presa ao seu corpo.¹⁴

14 Alguns anos depois, em 16 de fevereiro de 2022, Rubén Collio, companheiro de Macarena, morreu em um acidente de carro em uma estrada em Villarica, região de Temuco, centro-sul do território dominado pelo Estado chileno.

Emilia Milen Bau, foi uma mulher trans, anarquista e *weychafe* mapuche, que se encontrava vivendo em uma recuperação territorial realizada pelo *lof* Llazcawe. No dia 16 de fevereiro de 2021 ela foi assassinada com um tiro na cabeça dado pelos guardas do condomínio Riñimapu, próximo ao seu *lof*. O assassinato ocorreu quando ela se aproximou para ajudar algumas pessoas que estavam sendo expulsas do local pelos seguranças do condomínio por estarem acampando na beira do lago.

Assim como Macarena, Bau cresceu em Santiago e foi viver no sul com o objetivo de se reencontrar com a *Mapu* (Terra) e defendê-la. Mesmo sem ser de uma família mapuche, foi enterrada como tal, em um *Elewun*, cerimônia Mapuche que acompanha a transição deste plano ao *Wenumapu*, onde vivem os espíritos de quem já se foi. Bau foi reconhecida pela comunidade como uma *zomo weychafe* (mulher guerreira) e sua memória também foi reivindicada por suas/seus companheirxs antiautoritarixs e por diferentes expressões de luta.

PABLO MARCHANT: FAZENDO DA MORTE DE UM WEYCHAFE UM EXERCÍCIO DE AUTONOMIA

No dia 9 de julho de 2021, Pablo Marchant, ou Toñito como era conhecido nas comunidades, militante da CAM, é assassinado durante uma ação de sabotagem do ORT Lafkenche Leftrararu, na fazenda Santa Maria, propriedade da empresa florestal Mininco, na comuna de Carahue, região da Araucania, local que contava com custódia policial. Pablo ia armado com um fuzil M16 e sua morte é provavelmente a primeira que acontece durante uma sabotagem. Ele também era um jovem mapuche que cresceu em Santiago e desde cedo militou em diferentes organizações sociais. Ao se mudar para o sul para estudar, começou a se envolver cada vez mais com a luta mapuche e passou a viver e se comprometer com a luta das comunidades em resistência, onde assumiu um papel importante nesse conflito.

Um fato marcante da morte de Pablo foi sua cerimônia de despedida, seu *Elewun*, e seu enterro, que foram realizados no *lof* Pidenco, na comuna de Lumaco, em uma parte onde está em recuperação territorial.

Seu funeral contou com a participação de um grande número de pessoas em geral e principalmente com um grande grupo de *weychafe* fortemente armados, inclusive com uma guarda permanente em volta do caixão portando armamento de grosso calibre. Pablo foi enterrado ali mesmo, em um morro com uma grande importância espiritual para o povo mapuche. Enterrado por sua gente, em um ato que desobedecia à obrigação colocada pelo Estado de que as pessoas devem ser enterradas em lugares específicos. Assim, foi exercida a autonomia tanto na vida como na morte.

Vários meses depois e como resultado de uma perícia paga pela família de Pablo, constatou-se que Pablo foi executado com um tiro de escopeta na cabeça quando já estava ajoelhado. Seu nome se somou ao de vários outros a ser lembrado como mapuche que se foram lutando e que encontraram a morte nas mãos da maldita polícia.

ESTADO DE EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL EM WALLMAPU

Por mais de um ano e com um suposto fim sanitário por conta da pandemia de COVID-19, todo o território dominado pelo Estado chileno esteve em *estado de exceção constitucional*, neste caso *Estado de Catástrofe*. Apesar do alegado motivo sanitário, é explícito que os fins de tal medida tinham um sentido muito mais relacionado ao controle da ordem pública que à contenção da propagação do vírus, já que todo território chileno foi sacudido por uma revolta durante meses, que o Estado mesmo com toda a repressão, não estava podendo parar.

A medida dava atributos especiais aos militares fora da “legislação normal” e foi aproveitada como oportunidade para militarizar ainda mais o as zonas de conflito de Wallmapu. Com o fim dessa medida os militares tiveram que sair da região, gerando mais pressão por parte dos setores

ruralistas e de direita/extrema-direita ao então presidente Sebastian Piñera para que ele decretasse estado de exceção constitucional nessa parte do território. Em um ato explícito de provocação, Piñera decretou Estado de Emergência no setor mais conflitivo do Wallmapu no dia 12 de Outubro de 2021¹⁵, data que marca a invasão de Colombo à América, quando começou a colonização e o extermínio. O dia 12 de outubro também reivindicado historicamente pelos povos originários como um dia de luta e resistência.

Frente à presença militar em Wallmapu, as comunidades e organizações mapuche em luta declararam que seguiriam adiante com seus processos de recuperação territorial, de sabotagem e de autodefesa, rechaçando de antemão o ingresso de policiais e militares em suas comunidades. Pela primeira vez em mais de cem anos, hastearam a bandeira vermelha do *Weichan*, o que significa uma reafirmação pública de sua guerra contra o Estado chileno. As organizações armadas seguiram em seu projeto de libertação, mantendo aceso o fogo da sabotagem que continuou consumindo propriedades privadas do latifúndio e das empresas florestais, além de se defenderem e impedirem a entrada dos militares e policiais.

Infelizmente e como era de se esperar, a presença militar custou vidas, como o caso do assassinato do comuneiro mapuche Yordan Llempi, morto por militares da marinha no pátio de sua casa, no dia 3 de novembro, no contexto de uma blitz realizada pelos militares depois de um corte de estrada realizado por comunidades da região em repúdio à presença militar em Wallmapu.

No dia de hoje, depois de mais de três meses e de ser estendido várias vezes, segue em vigor o estado de exceção no território mapuche.

15 Dois dias antes, em Santiago, durante a marcha pela resistência mapuche que ocorre anualmente marcando o dia do início do extermínio promovido pelo colonialismo, foi assassinada Denisse Cortés, advogada e militante que estava apoiando a organização da manifestação. Enquanto tentava apaziguar a repressão levada a cabo pelos carabineiros, Denisse foi atingida na cabeça por um projétil em meio ao enfrentamento entre a polícia e encapuzadxs. A morte de Denisse ainda não foi explicada pela polícia, quem acusa ser responsabilidade de fogos artificiais lançados pelxs encapuzadxs.

A LUTA MAPUCHE NAS PRISÕES

Ao longo de todos esses anos e por consequência da luta, o povo mapuche enfrentou a prisão e a clandestinidade, sendo que ainda hoje são muitxs mapuche presxs no contexto da luta por estarem vinculados às ações de resistência em defesa de seu território e de suas comunidades. Xs presxs mapuche em luta transformaram a prisão em um território mais de combate, levando adiante muitas mobilizações como greves de fome, na defesa da possibilidade mínima de manter seus costumes tradicionais e espirituais dentro do cárcere. As mobilizações dxs presxs sempre foram acompanhadas do outro lado dos muros com demonstrações de solidariedade como sabotagens, barricadas, propaganda, manifestações e outras atividades.

UM GOVERNO DE ESQUERDA NÃO MUDA NADA

Com a vitória do político de centro-esquerda Gabriel Boric, para além das ilusórias esperanças daquelxs que acreditam no poder colonial, as comunidades e organizações mapuche em resistência já declararam que não vão retroceder em seu processo de recuperação e libertação do território ancestral e em sua guerra ao Estado chileno. Mesmo com as típicas políticas progressistas de aumentar os direitos das mal chamadas minorias, este novo governo não pretende e nem irá desmilitarizar o Wallmapu, assim como o povo mapuche em resistência não quer e nem acredita na chamada “plurinacionalidade”, que segue enquadrando os Mapuche dentro da dinâmica tutelar do Estado chileno.¹⁶

16 A Convenção Constitucional realizada em 2021 também foi nesse mesmo sentido, com um apelo para uma suposta plurinacionalidade, que foi um dos fatores importantes na tentativa de apaziguamento do clima de revolta que por meses sacudiu o território chileno.

O exemplo da resistência e insistência do povo mapuche nos mostra que uma luta radical e sem retrocessos é possível, ainda que com todas as adversidades. Conhecer, se fortalecer e construir o combate em defesa da mãe Terra, a *ñuke mapu*, é um caminho possível para todos os povos.

Amulepe Tain Weichan!!! Marrichiweu!!!!
A Luta Continua!!! Mil vezes venceremos!!!

PRINCIPAIS FONTES:

MALON - La rebelión del movimiento mapuche, 1990-2013. Fernando Pairican Padilla, editora Pehuén.

Chem ka Rakiduum - Pensamiento y acción de la CAM - Coordinadora Arauco-Malleco. Editado pela CAM.

www.radiokurruf.org



SUSSUARANA.NOBLOGS.ORG